

Tribunais corrigem tabela salarial este mês e servidores pressionam por retroativo já

Preocupação é que atrasados saiam logo e não entrem em 'restos a pagar'; Barra Funda terá café da manhã pelo pagamento no dia 22; outros atos podem ser convocados

Negros e negras: Há alguma inclusão? Saber para resistir!

Leia mais na página 7

23/11, sábado, das 9h30 às 14h,
na sede do Sintrajud
Rua Antonio de Godoy, 88, 15º, Centro.

A incorporação das diferenças relativas ao reenquadramento na tabela salarial deve ocorrer em todos os tribunais do Judiciário Federal de São Paulo nos salários de novembro. É uma vitória da luta da categoria encaminhada pelo sindicato e pela federação. O desafio agora é pressionar para que os atrasados sejam pagos logo. Apenas o TRE, segundo apuração da reportagem, cogita pagar o retroativo ainda neste mês – embora, segundo os Recursos Humanos do órgão, isto não esteja assegurado.

O receio de eventual demora no pagamento dos atrasados preocupa. Na Justiça do Trabalho, decidiu-se pela realização de um café da manhã em 22 de novembro, dia seguinte ao pagamento, como forma de pressionar para que toda a dívida seja quitada. Também será enviado um ofício à Presidência do tribunal indagando sobre quando isso acontecerá. O sindicato cobrará o mesmo na JF e no TRE. Caso as respostas não sejam positivas, outros protestos devem ser convocados.

Pressão em Brasília

Os últimos dias foram de intensas movimentações em Brasília. O diretor do Sintrajud e da Fenajufe Adilson Rodrigues esteve no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Conselho da Justiça Federal (CJF) e no Conselho Superior da Justiça Trabalhista (CSJT). Também participou desta audiência o diretor do Sintrajud e da Federação Nacional, Tarcísio Ferreira.

No TSE, a reunião aconteceu dia 12, com diretor geral do órgão, Anderson Vidal Corrêa, e com a assessora da secretaria de gestão de pessoas, Zélia Oliveira de Miranda. O diretor

geral do tribunal confirmou haver orçamento para o pagamento dos atrasados, ainda este ano, a todos os regionais. Segundo relata Adilson Rodrigues, a portaria para designar estes pagamentos já estaria redigida. Mas até o fechamento desta edição não havia confirmação de que a presidente do TSE, ministra Cármen Lúcia, assinara o documento.

No CJF, o pagamento dos atrasados do reenquadramento pode ser mais complicado. A secretária geral do órgão, Eva Maria Ferreira Barros, disse que não há orçamento suficiente para quitá-los. Ela apenas sinalizou a verificação de eventuais sobras a partir do pagamento da folha de dezembro, para só então poder determinar o que seria pago.

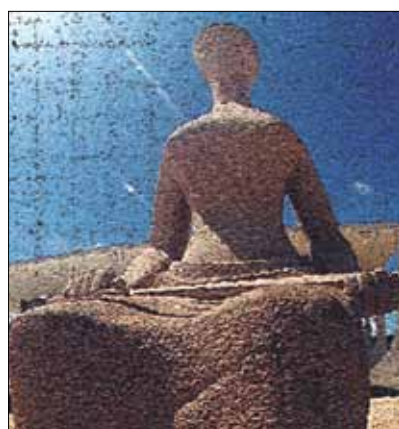
Adilson cobrou que se busque, por todos os meios, inclusive junto ao governo, os recursos necessários para quitar os valores atrasados.

O CSJT, após receber dos TRTs os valores necessários para o pagamento dos atrasados, solicitou à Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), ligada ao Ministério do Planejamento, suplementação orçamentária. De acordo com Tarcísio Ferreira, que esteve na reunião com o secretário geral do Conselho, Orlando Tadeu de Alcântara, o pedido foi feito na segunda-feira, 11. Nesta semana haverá uma reunião do CSJT com a SOF, que terá como um dos pontos a suplementação orçamentária para o pagamento destes atrasados. "Cobramos que o pagamento seja feito imediatamente, para que não se torne um passivo", defendeu Tarcísio.

Por Hércio Duarte Filho e Caê Batista,
com informações da Fenajufe



Assembleia aprecia contas do Sintrajud, sábado, dia 23, 15h. Veja encarte. Pág.5



Sintrajud ingressa com ações judiciais pleiteando quintos e hora-extras, entre outros. Pág. 8



Festas agitam final de ano na capital e na Baixada Santista. Veja mais. Pág.2



Vítima de perseguição, diretora do Sintrajud em Taubaté é colocada à disposição. Pág. 3

Festa de fim de ano na capital e em Santos

Como tradicionalmente acontece, o Sintrajud vai promover duas festas neste final de ano. Uma será na capital, cujas informações estão na arte abaixo. Mais detalhes serão divulgados ao longo dos próximos dias. Também haverá festa em Santos.



Detalhes da festa de Santos

Sexta-feira 13 dezembro a partir das 21h

Maison 27, na Ilha Porchat

Cardápio: Cocktails, finger foods, mesa de antepastos e frios, sushi, salgados, ilhas de botequim com porções, refrigerantes, água mineral, sucos de diversos sabores, cervejas e sobremesa. Com opções vegetarianas

Comida e bebidas à vontade

Musica dançante ao vivo e DJ
Local com decoração e iluminação especial

Convites:

Sócios - R\$ 20,00; acompanhante de associado R\$ 30,00 *
Não associado - R\$ 50,00
Adquirir seu convite na Subsede**
Endereço - Al. Dr. Júlio de Mesquita Filho, 27 Ilha Porchat - São Vicente - Obs.- Maison 27 está localizado a 100 metros do Restaurante Terraço.

*Valor válido apenas para 1 acompanhante, demais pessoas R\$ 50,00.

**Subsede- Rua Dr. Adolfo Assis, 86 - Vila Belmiro - Santos/SP Tel - (13) 3238-3807/ 3271-9114

Agenda

- Assembleia na Execução Fiscais, dia 19/11, às 15h
Pauta: Condições de trabalho e diretoria de base

- Assembleia no TRF-3, dia 21/11, às 15h
Pauta: Novas ações judiciais

- Assembleia no TRE-SP, dia 22/11, às 17h
Pauta: Novas ações judiciais

- Café da Manhã na Barra Funda, dia 22/11, às 9h

- Assembleia Prestação de Contas, dia 23/11, 15h no Sintrajud

Servidores do Judiciário Federal preparam ofensiva para barrar PEC 190/07 no Senado

Aprovada em 2º turno pela Câmara, PEC pode abrir caminho para retirada de direitos, dizem servidores

Por Caê Batista

Em votação quase unânime, a Câmara de Deputados aprovou na noite de terça-feira, 29, a PEC 190/2007. A proposta autoriza o Supremo Tribunal Federal (STF) a elaborar um projeto de lei criando um estatuto para todos os servidores do Judiciário no país, tanto aos estaduais quanto para os federais.

A Fenajufe já havia se posicionado contra a criação de um estatuto para todos os trabalhadores do Judiciário no país. Antes da votação, uma nota no site da federação nacional orientava os sindicatos a buscarem os parlamentares em cada estado pedindo que rejeitassem a proposta.

Com a aprovação na Câmara, o tema segue para o Senado, onde o debate promete ser mais intenso. Na opinião de Tarcísio Ferreira, diretor do Sintrajud e da Fenajufe, até agora, o debate em torno da PEC tem sido superficial, o que contribuiu para que os parlamentares aprovassem a proposta de forma quase unânime. "A não ser pelos poucos deputados que votaram contra, alegando que a proposta violaria a autonomia orçamentária dos estados", explica.

Para Tarcísio, a aprovação da PEC 190, além de implodir todo o debate sobre Plano de Carreira para os servidores do Judiciário Federal, pode retirar todos os direitos garantidos pelo Regime Jurídico Único. "Queremos ter um Plano de Carreira, mas os direitos básicos têm que estar garantidos a todos os servidores. Estaremos muito mais fragilizados se estivermos isolados [fora do Regime Jurídico Único]", argumenta.

PEC não garante isonomia salarial

Quem defende a PEC 190/07 argumenta que um estatuto único para os trabalhadores do Judiciário Nacional abriria a possibilidade de uma unificação salarial, estabelecendo uma espécie de piso nacional de servidores do judiciário.

Argumento que não encontra sustentação no texto aprovado pela Câmara Federal, em segundo turno, que sofreu a inclusão de emenda de redação do deputado Sibá Machado (PT-AC). "Ela determina à lei complementar observar a proibição constitucional de vinculação ou equiparação de remuneração para o pessoal do serviço público", informa o site da Câmara.

Na opinião de Tarcísio, a PEC prejudica tanto os servidores do Judiciário Federal, que estão protegidos pelo Regime Jurídico Único, quanto os servidores dos estados, que em muitos casos gozam de mais direitos e possuem tabela salarial superior aos federais.

Em defesa da unidade

Basta um olhar para a trajetória das políticas do Sintrajud para se verificar a constante busca pela unidade com vários segmentos do funcionalismo, inclusive com os parceiros do Judiciário Estadual. "Sempre buscamos a unidade com todos os segmentos, mas não a unidade artificial que está sendo proposta", explica Adilson Rodrigues, diretor do Sintrajud e da Fenajufe.

Para ele, a falta de um debate que aprofundasse as polêmicas em torno do projeto contribuiu para a construção da ideia de busca dissimulada pela equiparação salarial. Adilson explica que em 2007, quando

a PEC foi formulada, os servidores do Judiciário Federal tinham uma remuneração superior à dos estaduais. Mas essa realidade mudou. "Resultado dos anos de congelamento salarial que nos foi imposto, fez com que, em muitos estados, os servidores locais passassem a ter vencimentos superiores aos nossos", explica.

Sustentando que a PEC impõe amarras a todos os segmentos, Adilson argumenta que é preciso medir todos os desdobramentos de uma alteração como essa, do contrário, poderá haver rebaixamento de salários e de direitos. "Reafirmamos o nosso compromisso de buscar a unidade, de forma transparente e respeitosa, sem imposições de qualquer um dos lados", defende Adilson.

Dificuldades de negociação

Também diretor da Fenajufe e do Sintrajud, Cléber Borges Aguiar vê na aprovação da PEC mais uma articulação para o sucateamento do serviço público. Ele destaca que as dificuldades que os servidores do Judiciário Federal têm na busca por melhorias salariais, por exemplo, serão ampliadas.

"[Caso seja aprovada a PEC] teremos que negociar com os governadores e as câmaras legislativas de 27 estados, além do [ministério do] Planejamento e da cúpula do Judiciário Federal", explica. Desse modo, em sua opinião, a iniciativa tem a intenção de nivelar por baixo tanto os salários quanto os direitos dos servidores: "Todas as garantias da [lei] 8112 estão em risco", afirmou.

"A Fenajufe já se posicionou contrária à PEC. Vamos buscar as lideranças partidárias no Senado, para poder barrar essa proposta", disse Cléber.

Vítima de perseguição, diretora do Sintrajud em Taubaté é colocada à disposição

Decisão foi revertida após intervenção do Sindicato junto à Diretoria do Foro; medida arbitrária violava garantia legal da inamovibilidade de dirigente sindical

Por Caê Batista

Após 19 anos de trabalho na Justiça Federal, 12 deles em Taubaté, no interior do estado, em 21 de outubro, Fausta Camilo Fernandes foi surpreendida. Por volta das 18h30 chegou à sua residência a notificação de que estava sendo colocada à disposição da Diretoria do Foro.

O ato foi assinado pela juíza corregedora da Central de Mandados de Taubaté, Carla Cristina Fonseca Jório. A magistrada ordenou, no mesmo dia, que a servidora devolvesse à central todos os mandados sob sua posse.

A juíza tentou justificar alegando que a servidora havia causado problemas na subseção: “tornou-se agressiva [...] durante período de greves com colegas que não aderiram ao movimento grevista, bem como com juizes que tentavam fazer prevalecer o respeito à cota mínima [...] questionamentos acerca da divisão de trabalho, abandono de reunião de trabalho, alegações de que continuava sendo assediada, e-mails dirigidos ao Juiz Corregedor da Central”. Segundo a magistrada, a iniciativa “causou situação de estresse no Fórum Federal de Taubaté, o que não se pode admitir que se repita.”

Fausta é diretora executiva do Sintrajud, e a tentativa de colocar uma dirigente sindical à disposição, na realidade, evidenciou o que vinha acontecendo há anos: ela estava sendo assediada moralmente, e após denunciar os fatos, foi colocada à disposição. O assédio moral resultou, inclusive, em seu adoecimento.

Junto a isso, a medida violou a garantia da inamovibilidade do dirigente sindical, prevista em lei. Ou seja, foi uma conduta antissindical que atenta contra a organização dos trabalhadores, na medida em que a permanência no local não é uma garantia pessoal do dirigente, mas sim do conjunto da categoria.

O ofício nº 11 de 2013, enviado pela magistrada à Diretoria do Foro, justificando a decisão de colocar a trabalhadora à disposição, registra que esta foi afastada do trabalho por problemas de saúde em vários períodos nos anos de 2011, 2012 e 2013. A juíza cita textualmente um trecho descrito pelos médicos peritos da Justiça Federal, no qual relatam que a servidora afirma estar sendo vítima de assédio moral.

A magistrada emite juízo de valor acerca da origem dos problemas de saúde da servidora, afirmando ser “conhecida por todos como motivada por problemas familiares”. No requerimento administrativo feito pelo Sintrajud – no qual se pedia a imediata suspensão dos efeitos do ofício – o Departamento Jurídico da entidade questiona: “Qual é a fonte da magistrada para tal afirmativa?”

Uma simples consulta ao prontuário médico da servidora seria suficiente para saber que por reiteradas vezes ela afirmou que os transtornos em sua saúde decorrem dos problemas enfrentados no seu ambiente de trabalho. E nesse ponto reside outro problema, também destacado pelo Sintrajud no requerimento: “Também é inegável a perturbação com a notícia dada pela própria magistrada que teve acesso a laudo pericial de saúde da requerente, documento este que deveria ser munido de absoluto sigilo.”

Um caso de assédio moral

Negara um trabalhador a sua atividade laboral é



uma das formas de assediá-lo moralmente. E quando se viu nessa situação, Fausta Fernandes questionou o então corregedor da central de mandados, pois, na prática, ele havia impedido-a de exercer seu ofício. Para a magistrada, entretanto, o questionamento transformou-se em “acusação”, o que “demonstra a incompatibilidade em continuar trabalhando na Subseção Judiciária de Taubaté”, em suas palavras.

No requerimento administrativo, por outro lado, o Sintrajud rebate a postura da magistrada, que em vez de “fomentar o trabalho de investigação a respeito da situação vivenciada pela servidora, claramente compatível com assédio moral, preferiu remover a servidora de seu local de trabalho, em autêntica punição à mesma

por ter encaminhado uma representação diante das condições de trabalho”.

Perseguição a uma liderança sindical

No ofício, a magistrada revela também que o que motivou a tentativa de remoção foi a atuação sindical e política que a servidora desempenhou (e continuou desempenhando), sobretudo nas recentes greves.

Uma das maiores estudosas sobre o assédio moral no Brasil, Terezinha Martins explica que o assédio moral é uma ferramenta para ‘pôr para fora de casa’ os trabalhadores questionadores, militantes e ativistas sindicais. Há ainda, dois outros “tipos” de trabalhadores que são assediados: os adoecidos e os muito competentes.

Segundo Terezinha, o assédio moral serve para silenciar os trabalhadores, impedindo questionamentos e críticas, além de frustrar a criação de um sentimento de solidariedade no local de trabalho.

Além de militante política e dirigente sindical, portanto questionadora, Fausta ainda reúne as outras duas características descritas por Terezinha Martins, que ampliam as chances de um trabalhador ser assediado.

A servidora adoeceu em decorrência do trabalho e foi afastada dele. Quando voltou, Fausta encontrou um ambiente ainda mais hostil. Diz Terezinha Martins que o assédio moral sobre os trabalhadores adoecidos serve para afastá-los do local de trabalho, pois eles são exemplos para todos de que o trabalho pode adoecer. “Ao perceberem que um colega adoeceu pelo trabalho, os demais trabalhadores reduzem a sua produtividade por receio de adoecerem”.

Não é para menos que a magistrada tenha feito questão de repetir em seu ofício que a servidora havia se afastado do trabalho por estar enferma. Em nenhum momento a juíza questiona o profissionalismo de Fausta, justamente porque não há nada de desabonador em sua conduta e histórico profissionais.

Uma realidade no Judiciário

A tentativa de remoção da servidora evidencia a maneira como a administração da subseção de Taubaté está “resolvendo” as denúncias de assédio: afastando e punindo a vítima denunciante. Como ocorreu também com outras trabalhadoras recentemente.

A medida também confirma que o assédio moral é uma realidade dentro do Poder Judiciário. O caso revela ainda a importância de não se calar diante dessa prática. Ao contrário, a denúncia é uma importante ferramenta para combatê-la.

Medida revertida

Em 22 de outubro, o Sintrajud apresentou requerimento à Direção do Foro da Seção Judiciária de São Paulo, questionando a medida. Dirigentes e advogado do Sindicato procuraram pessoalmente o juiz diretor do Foro, para relatar a gravidade do ocorrido e reivindicar a apreciação do expediente.

No mesmo dia, o diretor do Foro, Paulo César Conrado, suspendeu a decisão da administração de Taubaté, reconhecendo a ilegalidade do ato: “Dentre os casos em que a legislação constrange a tomada da indigitada providência está a que figura no art. 240 da Lei nº 8.112/90; ao garantir, com efeito, a inamovibilidade do servidor titular da condição de dirigente sindical, o preceito indicado faz inviável sua colocação à disposição da DF [...]”.

O despacho do diretor do Foro foi dado prontamente, corrigindo a distorção da medida, observando que “o quanto narrado no ofício originador desse expediente, não autoriza a pretendida colocação à disposição, o que deve ser afastado”.

O Sindicato seguirá cobrando das administrações que medidas como essa, caso venham a ocorrer, sejam prontamente repelidas, tal como reconhecido no caso pela Diretoria do Foro. O Sintrajud se solidariza a todos os trabalhadores atingidos por medidas autoritárias e arbitrárias e os convida a ousar lutar contra elas. Juntos, ousaremos vencer!

Judiciário e MPU vão lutar por carreira e salários junto com demais federais em 2014

Reunião ampliada da federação cria Grupo de Trabalho para elaborar proposta de plano de carreira e aprova campanha salarial conjunta com o funcionalismo, que já prepara greve

Por Hécio Duarte Filho, enviado a Brasília

Os trabalhadores do Judiciário Federal e do MPU decidiram construir desde já uma campanha nacional para lutar pela reposição das perdas salariais na data-base de 2014 e por um plano de carreira. As reivindicações serão agregadas à pauta do funcionalismo público federal, que se articula nacionalmente para voltar às ruas no início do próximo ano e pode ir à greve conjunta para forçar o governo Dilma Rousseff a negociar.

A prioridade dada à luta pela carreira, combinada com a exigência da recomposição dos salários diante da inflação, fez com que os delegados à reunião ampliada da Fenajufe, ocorrida no domingo, 10, em Brasília, aprovassem a conformação de um Grupo de Trabalho para tratar do assunto.

Composto por oito diretores da federação mais um representante por sindicato, o GT terá o desafio de elaborar uma proposta de plano de carreira que contemple as expectativas da categoria e a defesa de uma Justiça que cumpra a sua função pública e social. Os estados onde o sindicato também representar os servidores do MPU terão mais um representante deste segmento no GT.



11.11.13 - Em reunião ampliada, delegados aprovam luta por carreira

Seminário

Na véspera da reunião ampliada, os servidores participaram do seminário nacional de carreira. Os debates mostraram que as ameaças sobre a categoria colocam em risco a sua existência enquanto servidores públicos do Poder Judiciário.

Os participantes também constataram que nem o governo nem o STF sinalizam disposição a negociar as demandas dos trabalhadores, que incluem políticas salariais que detenham a perda do poder aquisitivo.

“Não podemos chegar ao começo do ano que vem sem saber o que queremos, temos que nos preparar para a guerra”, disse Adilson Rodrigues, dirigente da federação e do Sintrajud.

Negociações não avançam

O funcionalismo público federal apresentou, no início do ano, pauta de reivindicações conjunta e um pedido de abertura das negociações, o que não foi acatado. No Judiciário, o STF até agora só atendeu a um item da pauta emergencial: o reenquadramento na tabela salarial, conquista que beneficia algo em torno de 40% da categoria. Mas, não se empenha em negociar os demais itens e nem em equilibrar o tratamento diferenciado dado aos juízes – apenas a magistratura teve projeto de lei que repõe parte das perdas salariais encaminhado ao Congresso.

A insatisfação dos servidores é tanta que o Fórum Nacional

das Entidades do Funcionalismo já aprovou calendário inicial da campanha salarial de 2014. O indicativo é de greve no primeiro trimestre, caso o governo não reveja sua posição de não negociar. O calendário, referendado na reunião da Fenajufe, prevê atos de lançamento da campanha salarial em 22 de janeiro, nos estados, e em 5 de fevereiro, em Brasília, com a primeira marcha nacional do ano na Capital.

Indicativo de greve

O indicativo de construção da greve unificada dos federais vai da segunda quinzena de março à primeira quinzena de abril. A proposta foi encampada pelos delegados eleitos nas assembleias estaduais para participar da reunião em Brasília. Os servidores não deixaram de observar as dificuldades para isso, mas avaliaram que é possível trabalhar nas bases da categoria para criar um cenário de muita mobilização em ano eleitoral e de Copa do Mundo.

Auditora fiscal diz que aderir ao Funpresp é ‘loucura’ e negócio de ‘muito risco’

“Previdência é solidariedade e é maravilhoso, os jovens permitindo que os mais velhos tenham uma aposentadoria digna”, diz Fatorelli

Por Hécio Duarte Filho

A auditora fiscal Maria Lúcia Fatorelli, coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida, desaconselhou a adesão ao recém-criado fundo de pensão dos serviços públicos federais (Funpresp) tanto para antigos quanto para novos servidores. Pesquisadora do tema, disse que é “loucura” acreditar no Funpresp no momento em que fundos de pensão do mundo inteiro quebram ou passam por dificuldades.

As declarações foram dadas durante a primeira mesa do Seminário Nacional de Carreira, promovido pela Fenajufe, no sábado 9, em Brasília, do qual participaram

também José Loguércio e Celso Luís Sá Carvalho.

De acordo com Fatorelli, os fundos de pensão tem autorização para investir nas bolsas de valores e em derivativos, um dos principais mecanismos da especulação financeira. Como o modelo é de contribuição definida, o servidor sabe quanto paga, mas não sabe quanto receberá. Não há garantias do governo quanto a isso. “O benefício vai depender do mercado, este mercado saturado de derivativos”, disse.

A auditora fiscal ressaltou que o valor da contribuição paga mensalmente pode ser majorado quando os controladores do fundo considerarem necessário. “As contribuições terão ‘gati-

lhos’, aumentarão a depender da análise [do desempenho do fundo]. Isto está no PL que foi aprovado”, explicou.

Reforma aprovada no ‘mensalão’

A palestrante criticou as reformas da Previdência dos governos FHC, em 1998, e de Lula, em 2003. Com relação à aposentadoria dos servidores, disse que “Lula fez o que FHC não conseguiu fazer”, ao privatizar a previdência dos serviços públicos, o que levou à criação do Funpresp.

Ela acrescentou que, além da reforma, Lula deixou de herança uma proposta de emenda constitucional (PEC 233) que trans-

forma as contribuições para a seguridade social em impostos. “Sabe o que vai acontecer? Vai perder a vinculação [das receitas para Previdência]”, alertou, sugerindo que os recursos poderiam vir ser aplicados no pagamento de juros das dívidas.

A debatedora cobrou a anulação da reforma da Previdência aprovada em 2003, em meio ao esquema chamado de ‘mensalão’. “Esta reforma é nula, já provaram que foi comprada, é só reconhecer a nulidade. Temos que fazer uma campanha muito grande pelo reconhecimento [disso]”, conclamou, ao defender o retorno ao ‘sistema solidário’, sem relação dependente com mercados ou apostas de risco.

Assembleia aprecia contas do Sintrajud, no sábado, dia 23, 15h

Evento será no auditório do Sindicato; compareça!

No sábado, dia 23, a partir das 15h, o Sintrajud realiza assembleia geral para que a categoria aprecie a prestação de contas da entidade. A atividade ocorrerá no auditório da entidade, à Rua Antonio de Godói, nº 88, 15º andar, no centro da Capital.

Os servidores que estarão presentes vão apreciar e votar o parecer do Conselho Fiscal sobre as contas do exercício de 2012. O segundo ponto da pauta é a apre-

ciação e previsão orçamentária para o exercício de 2014. Outros assuntos de interesse da categoria poderão ser tratados.

Debate: Consciência Negra

Durante a manhã, os servidores poderão acompanhar um debate sobre a situação do trabalhador negro na sociedade contemporânea. Serão três expositores, cujos currículos estão descritos na página 7. O debate começa às 9h30. Participe!



Jesus Carlos

21.09.13 - Servidores acompanham palestra sobre atual situação salarial

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO SINTRAJUD/SP

O Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo – SINTRAJUD, por seus coordenadores gerais, em conformidade com o Estatuto Social da entidade, realizará a ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, dia 23 de novembro de 2013 (sábado), às 15h, em 1ª convocação com a presença de pelo menos metade mais um dos associados quites com a tesouraria e, em 2ª convocação, trinta minutos após, em qualquer número, no auditório do sindicato, Rua Antonio de Godoy, 88, 15º andar (próximo ao metrô São Bento).

PAUTA:

- 1) Apreciação e votação do Parecer do Conselho Fiscal sobre as contas do Exercício de 2012;
- 2) Apreciação e votação da Previsão Orçamentária para o Exercício de 2014;
- 3) Outros assuntos de interesse da categoria

Observação: Os documentos contábeis relativos às contas do exercício de 2012 estarão à disposição da categoria na sede do SINTRAJUD/SP, dias 18, 19, 21 e 22/11/2013, das 10h às 16 horas e dia 23/11/2013, das 11h às 14 horas ou qualquer outro dia desde que previamente agendado na administração ou tesouraria do Sindicato.

São Paulo, 13 de novembro de 2013

Inês Leal de Castro - Adilson Rodrigues dos Santos
Coordenadores Gerais

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA REUNIÃO DO NÚCLEO DOS OJAFs

São Paulo, 18 de novembro de 2013.

Companheiros (as) Oficial de Justiça:

O Núcleo dos Oficiais de Justiça Avaliadores Federais do Sintrajud tem o prazer de convocá-los (as) para participar da Reunião do mesmo, dia 28/11/2013 (5ª feira), às 14h30, no auditório do SINTRAJUD/SP (R: Antonio de Godoy, nº 88 – 15º andar).

Essa reunião terá como pauta os seguintes temas:

- a) Debate sobre diagnóstico da situação salarial e a luta pelo Plano de Carreira, com Adilson Rodrigues diretor da Fenajufe e do Sintrajud
- b) Avaliação da última reunião ampliada da Fenajufe e do seminário nacional de carreira;
- c) Avaliação do projeto de lei que dá ao OJAF a atribuição de conciliador;
- d) Aposentadoria Especial e abono de permanência;
- e) Central de Mandados de Osasco e outras Subseções;
- f) Outros assuntos de interesse dos OJAFs

Erlon Sampaio de Almeida - Diretor Executivo Sintrajud e Coordenador do Núcleo dos OJAFs
Ivo Oliveira Farias - Diretor Executivo Sintrajud

Ideias

Um espaço para a livre expressão de opinião.

Os artigos não refletem necessariamente a opinião da diretoria do Sintrajud

Onde trabalham as mulheres negras do TRF

Hoje uma senhora limpou minha mesa, lavou o banheiro que uso e retirou o lixo do local onde trabalho. Quem era essa mulher? Como ela estava? Qual a cor dos seus olhos?

A grande maioria dos servidores do TRF não será capaz de responder a esta pergunta. Não por sermos distraídos, pois a maioria se lembra do tom do vestido ou da cor da gravata que outro transeunte estava usando por baixo da toga preta.

É como se, igual aos filmes de ficção, existisse um portal dimensional, onde algumas pessoas conseguem dividir o mesmo espaço físico sem serem notadas. Elas não existem e suas vidas pouco significam do nosso lado do portal.

Quando Zumbi fugiu com os negros pra floresta, buscava o que lhes era negado pelo regime escravocrata do século XIX: o direito a existên-

cia como ser humano.

A terceirização retoma a negação da humanidade, principalmente ao povo negro que compõe a maioria dos que executam os serviços de limpeza, manutenção e segurança. Na base desta pirâmide, estão as mulheres, negras, mães, que moram na extrema periferia, que chegam aqui todos os dias às 6hs da manhã. Na medida em que os cargos, os salários e o horário aumentam, há um embranquecimento da população que trabalha. É uma regra geral do sistema atual, e não é diferente no TRF3. Não há negros no topo.

Maria sai de casa às 3h30, do extremo da Zona Leste. Deixa a filha de 5 anos dormindo sozinha até a chegada da outra Maria, a vizinha, que tomará conta até o meio dia. Pega a condução lotada. Há lugar pra sentar, mas todos se espremem

antes da catraca, já que o tempo que o ônibus leva pra chegar ao terminal de trem é maior do que o tempo mínimo do bilhete único. Já chega ao trabalho aos frangalhos.

Ganha menos de R\$ 25 reais por dia mais condução para limpar dois ou mais quadrantes. Sob a pressão constante dos supervisores, são 4 horas extenuantes para dar conta de toda tarefa. A terceirização é a nova forma de escravidão do ser humano. Mais cruel e requintada que a do séc. XIX. Um senhor de engenho, ao adquirir um escravo, detinha o direito sobre a vida desse escravo. Mas também era obrigado a alimentar, vestir e dar abrigo à sua propriedade. O que era custoso, muito custoso. O capitalismo encontrou uma solução para esses incômodos. A ideia é tão boa que, no caso das nossas terceirizadas, o Tribunal paga mais

de R\$ 150 por dia para cada uma das senhoras que aqui trabalham. Um preço alto que vai para os bolsos dos piores tipos de empresários, os que lucram somente com o suor dos outros. Um custo elevado para que sejam mantidas invisíveis e caladas.

As mulheres negras e terceirizadas do TRF3 vivem para comer, vestir-se e morar em habitações de quarto e cozinha na extrema periferia de SP. E, logicamente, fazer a limpeza de nossos locais de trabalho que, em última instância, é a única coisa pela qual o sistema se interessa. Seu salário é cotidiano e, ao contrário dos seus antepassados do séc. XIX parece não haver Zumbis, muito menos florestas para onde fugir.

Antonio Claudio Klein
Servidor do TRF-3

Servidores da JT/Cubatão cobram solução para estrutura de fórum, que tem rachaduras

Após assembleia, sindicato vai cobrar providências da presidência do TRT-2; novo prédio fica em área de atuação do PCC na região



Fotos Marcela Mattos

Ao lado esquerdo, rachadura no chão do Fórum; no detalhe, servidores fazem assembleia em 28.11.2013

Em 28 de outubro, Dia do Servidor Público, os servidores da JT de Cubatão realizaram assembleia para debater as condições de trabalho e cobrar soluções para os problemas na estrutura do fórum.

Parte do solo cedeu e há rachaduras nas paredes de uma das salas do térreo. O solo, o muro externo do estacionamento e o prédio vizinho também apresentam rachaduras, o que causa insegurança em todos.

Faz tempo que servidores e juízes cobram melhores instalações e condições de trabalho. Sobre tudo pela estrutura precária e péssimo acabamento do prédio, cujos corredores e escadas não têm piso, o cimento do chão já cedeu nas escadas e nos corredores, dificultando a circulação. Deficientes físicos não contam com nenhuma acessibilidade.

Após o solo ceder em uma das salas do arquivo, no térreo, os processos foram retirados. Porém, grande número de processos continua arquivado em salas do mezanino, no 1º andar, ao lado da distribuição e em todo o 4º andar, que passou a ser utilizado apenas para arquivo após fechamento da 3ª vara.

Apesar do setor de engenharia do TRT-2 afirmar que não há risco, o peso de todos os processos causa preocupação. Os servidores cobram a retirada imediata dos que estão arquivados. A intenção é diminuir o peso.

Ao vistoriar o fórum, diretores do sindicato verificaram situação precária também no CPD, onde uma estrutura improvisada apresenta risco de incêndio.

Como o fórum conta com uma única porta de acesso, e

não tem brigada de incêndio, nem treinamento de evacuação, a situação é preocupante e requer rápida mudança para novo prédio que assegure condições mínimas de segurança e condições de trabalho.

Na assembleia realizada no local, dirigida por Adilson Rodrigues - coordenador geral do Sintrajud - e por Lynira Sardinha - diretora de base da entidade-, foi aprovado reivindicar da presidência do TRT-2 soluções para as questões estruturais do prédio, para as demandas sobre quadro de servidores, questões de segurança e temas relacionados à mudança do fórum para outro prédio, que está prevista para o início de 2014.

A categoria cobra rápido encaminhamento para não expor servidores, juízes e público usuário a situações de risco.

Problemas no novo prédio

Apesar da urgência da mudança de prédio, o novo local da JT Cubatão apresenta problemas. Ele é distante do centro da cidade e fica num local carente de serviços públicos, numa região muito insegura.

A região é de difícil acesso, sobretudo aos que usam as linhas de ônibus. Além disso, há o intenso fluxo de caminhões. O entorno é pouco iluminado, o que demanda adaptações, o que precisa ser feito antes da mudança, prevista para o início de 2014.

Desde já, os servidores cobram a presença de agentes de segurança no fórum, além dos terceirizados. Também cobram estacionamento em número proporcional, além de alteração na circulação de caminhões na via, pela trepidação e pelo excesso de poeira.

Adilson Rodrigues esteve na assembleia, reuniu-se com juízes e participou da vistoria nos dois prédios. Ele afirma: "Já tivemos graves problemas com a estrutura de mais de um prédio precário e inseguro locado pela administração para instalar o fórum de Cubatão, onde tivemos até que denunciar publicamente. Agora, além de uma rápida mudança do prédio atual, precisamos começar a buscar uma solução definitiva, com construção de estrutura própria e permanente para instalar o fórum na cidade, evitando-se o gasto exorbitante de dinheiro público com aluguel como vem se verificando há anos".

Encontro de aposentados elege representantes para o Conselho de Base

Reunião será dia 4 de dezembro, na reunião do Núcleo de Aposentados do Sintrajud, 14h

Por Caê Batista

Os aposentados têm um compromisso com a luta da categoria. Dia 4 de dezembro, a reunião do Núcleo de Aposentados do Sintrajud (NAS) debaterá a atual situação salarial dos servidores e elegerá os representantes do núcleo para o Conselho de Base.

O debate sobre a atual situação salarial será importante e se somará às reivindicações das questões específicas dos aposentados. "Estamos vivendo um momento de muitos ataques do governo.

Precisamos nos organizar todos para enfrentá-los, e a presença dos servidores aposentados será importante nesse processo", diz Angélica Olivieri, diretora do Sintrajud.

A conversa será fundamental para ajudar a organizar o segmento neste momento em que a categoria se debruça nacionalmente em torno da defesa de direitos como a paridade.

Instância de deliberação

Já a eleição dos representantes do NAS para o Conselho de Base

serve para dar maior organização à luta da categoria. O Conselho de Base é composto pelos Diretores Executivos do Sintrajud, pelos Diretores de Base e pelos representantes do Núcleo de Aposentados.

O Conselho de Base é uma instância deliberativa do Sintrajud, onde são aprovadas as propostas da categoria a serem encaminhadas pelo Sindicato. Acima do Conselho de Base, como fórum deliberativo, só estão a assembleia geral e o congresso estadual da categoria.

Na opinião de Ana Maria Fervereiro, coordenadora do NAS, a participação dos servidores aposentados no Conselho de Base é fundamental para atuar nas questões pertinentes do segmento.

Ela destaca que existem vários temas que merecem atenção. Um exemplo é a luta pela PEC 555/06, que extingue gradativamente a taxaço dos inativos. "A atuação dos aposentados também ajuda o Sindicato a atuar em defesa dessas demandas", explica.

Negros e negras: Há alguma inclusão? Saber para resistir!

23/11, sábado, das 9h30 às 14 h, na sede do Sintrajud - Rua Antonio de Godoy, 88, 15º, Centro.

Há 11 anos, um governo ditos/as trabalhadores/as está no poder. Para a população negra (pretos e pardos), entretanto, os números da inclusão social são irrisórios.

Negros e negras recebem cerca de 40% menos do que os trabalhadores brancos, além de serem os mais atingidos pelo desemprego. A ampla maioria dos moradores das favelas e cortiços é composta pela população negra.

Os jovens negros são as principais vítimas da violência policial, sobretudo nas periferias das cidades: 70% das vítimas são negras. Os dados - oficiais ou não - apontam para o aumento da violência contra jovens negros.

As mulheres negras e as indígenas, inclusive, carregam herança histórica de abuso e violência sexual, tendo sido tratadas como máquinas de trabalho e animais sexuais, sem ter acesso a direitos humanos básicos.

Esses dados escancaram a face mais violenta do racismo. Mas há

outras formas de racismo, como o preconceito e a discriminação, que violenta e vitima a população negra, diariamente.

Quando olhamos com atenção os dados e a realidade na qual vivemos, percebemos os discursos estatais de inclusão social e de igualdade racial no Brasil caem por terra.

Compreender para resistir

Para refletir sobre essas e outras questões o Sintrajud está organizando o Seminário "Negros e negras: Há alguma inclusão? Saber para resistir!"

Os debatedores Luh Souza, Renato Aparecido Gomes e Sandra Fortes trarão aspectos da atualidade de quem sempre esteve excluído, propiciando uma reflexão. Esta reflexão permitirá que sejam apontadas saídas concretas para que, num futuro próximo possível, tenhamos uma nova realidade no Brasil. Um país de todos e para todos de fato.

Contamos com sua presença neste importante dia de reflexão.

Palestrantes



Luh Souza

Especialização Específica para o Ensino do Magistério - Licenciatura em Estudos Sociais com Especialização - Específica em História e não específica em Geografia - Professora de Educação Básica II - Titular de cargo efetivo na rede pública de ensino do Estado de SP



Renato Aparecido Gomes

Mestre em Direito Político e Econômico pela Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie e Doutorando em Direitos Humanos e Desenvolvimento pela Universidad Pablo de Olavide, Sevilla, Espanha. Vice-Presidente do Instituto Luiz Gama.



Sandra Fortes

Membro do Instituto Latino Americano de Estudos Socioeconômicos.

Descaso deixará Cubatão sem Cartório Eleitoral

Prédio onde funciona a 119º ZE será interditado

Os moradores de Cubatão não tem acesso ao serviço de cartório eleitoral desde de 14 de novembro. O atendimento processual será transferido para a 118ª Z.E. de Santos e os demais serviços serão feitos em São Vicente e Guarujá.

Isso porque o edifício Castro, onde funciona o cartório da cidade, será interditado. Foram anos de descaso com a saúde e a segurança de servidores e da população que frequenta a 119ª Zona Eleitoral de Cubatão.

Tomada em decorrência de ação movida pelo Ministério Público Estadual, a decisão enfatiza a precária condição do edifício, de propriedade da prefeitura. Dos 12 andares, apenas o térreo e 1º andar seguem ocupados, os demais estão vazios há 15 anos. Antes de chegar à interdição foram exigidas diversas providências à prefeitura.

"Trata-se de uma situação escandalosa que envolve descaso com a vida de servidores e do público em geral, coroada com o fechamento do serviço, o que obrigará as pessoas a terem pesado custo de locomoção e tempo para ter acesso a um direito", afirma a diretora de base do Sintrajud, Lynira Rodrigues. Ela é servidora da JT/Cubatão e participou da visita do Sintrajud ao local em 12 de novembro.

Na visita, pôde-se registrar a falta de segurança que estavam submetidos os servidores e o público. O edifício era constantemente invadido por pessoas e fica alagado quando chove. Há ainda a pre-

sença de ratos e pombos. Não há sequer funcionários que façam a limpeza do local. Para ter um ambiente de trabalho minimamente limpo, os demais trabalhadores eram obrigados fazer um revezamento e realizar a limpeza.

O Sintrajud tomará providências junto ao TRE-SP para que haja solução imediata para esta questão, visando garantir o direito da população e a segurança e saúde dos servidores.

Eleitoral não pode depender de estrutura municipal

Em comunicado oficial, o TRE chama o fechamento da unidade em Cubatão de "melhor solução" e alega buscar desde 2007 reforma do prédio. A nota do tribunal afirma que os imóveis ocupados pela Justiça Eleitoral no interior são todos cedidos por prefeituras.

Os recorrentes problemas envolvendo prédios alugados e cedidos por prefeituras levantam a necessidade do Poder Judiciário possuir sedes próprias para todos seus ramos. A Justiça Eleitoral não pode depender das estruturas dos municípios, sendo necessária plena autonomia, com vistas a garantir o bom andamento dos serviços e a saúde e segurança dos servidores.

Servidores veem Avaliação por Competências com ressalvas no TRE-SP

Além de objetivos não estarem claros, secretários e DG não foram avaliados

Por Caê Batista

No segundo semestre deste ano, a administração do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo iniciou a implementação do primeiro ciclo de avaliação por competência. "O objetivo deste trabalho é definir e mensurar a contribuição de cada servidor na perspectiva técnica", afirma a Linha Direta nº 137; instrumento de comunicação utilizado pela administração do TRE-SP.

De acordo com o informativo, as competências de cada servidor já haviam sido mapeadas pelos gestores. Assim, a avaliação por competências intenciona "detectar talentos e potencialidades e subsidiar ações de capacitação, por meio do Plano de Desenvolvimento Individual, que será abordado em etapa posterior à avaliação", diz o mesmo informativo.

A implementação do primeiro ciclo está sendo realizada pela empresa Lema Consultoria. Na internet já existem dois sites mantidos por essa empresa tratando do tema; os links estão no final deste texto.

Segundo o diretor do Sintrajud e servidor do TRE-SP, Maurício Rezanni, há um receio entre os servidores, porque ainda não está muito claro quais são os objetivos do tribunal com a iniciativa: "Em um primeiro momento, [a administração] diz que a intenção não é punir nenhum servidor, mas pode ser o início de outros ciclos de avaliações", pondera. Ele ressalta a importância de observar com

cautela este primeiro ciclo. "É preciso avaliar mais profundamente as implicações sobre esse sistema de avaliação", defende.

Secretários e DG não foram avaliados

Alguns servidores até consideram interessante haver um sistema que melhor avalie suas competências, talentos e potencialidades. Mas há uma crítica generalizada dentro do TRE-SP: secretários e a diretora-geral não foram avaliados.

Servidor do TRE-SP, Elyzaldo Veríssimo vê a avaliação de competência com muitas ressalvas. "Seria uma tentativa de racionalização do tribunal, mas na medida em que alguns gestores se recusam a ser avaliados, o processo inteiro perde a validade".

Ex-diretor do Sintrajud, o servidor destaca que há por trás da avaliação a lógica utilizada na iniciativa privada. "Não dá para mensurar o serviço público com instrumentos da iniciativa privada", argumenta. Ele ainda levanta a hipótese de que o TRE-SP esteja servindo de laboratório ao Poder Judiciário numa política mais ampla, que inclui também a imposição de metas.

<http://tresp-blog.webancorarh.com/blog/home/>

http://www.lemeconsultoria.com.br/tresp-avaliacao_competencias_tecnicas/player.html

Em nova ação judicial, Sintrajud pleiteia Quintos para servidores que não estão no processo de 2004

Entendimento do STJ abre possibilidade de servidores buscarem direito na Justiça

Por Caê Batista

Decisão recente do Superior Tribunal de Justiça (STJ) abriu a possibilidade de servidores que exerceram função de confiança entre abril de 1998 e setembro de 2001 pleitearem o passivo dos Quintos na Justiça.

O entendimento do STJ está baseado no Decreto 20.910/32, que determina que as dívidas da União não prescrevem durante o processo em que se apura a dívida.

No caso dos Quintos, o Conselho da Justiça Federal (CJF) reconheceu a dívida com os servidores em dezembro de 2004, no curso de um processo administrativo (nº 2004.164940).

Embora tenha implantado os valores nos contracheques dos servidores beneficiados e iniciado o pagamento de parte dos atrasados ainda em dezembro de 2004 - e depois em dezembro de 2006 - a administração não quitou o valor integral da dívida com os servidores.

De acordo com a decisão do STJ, "o prazo prescricional, interrompido pelo reconhecimento administrativo do direito à incorporação dos quintos, fica suspenso enquanto não realizado,

integralmente, o direito já reconhecido".

A decisão ainda prevê que "a prescrição somente volta a correr quando o Poder Público pratica algum ato que revele o seu desinteresse no pagamento da dívida".

Com base nisso, o Departamento Jurídico do Sintrajud vai ingressar com uma ação coletiva para os servidores (de 1ª e 2ª instâncias da Justiça Federal que exerceram função de confiança entre abril de 1998 e setembro de 2001) e que, com base no novo entendimento do STJ, não tiveram seu direito prescrito.

A nova ação coletiva, por representação processual, será para os servidores que não estão na lista do processo de 2004, regularmente filiados ao Sindicato, ou que se filiarão até o ajuizamento da demanda. O prazo para a filiação será até a primeira semana de dezembro.

No caso específico dessa ação, o servidor deverá também assinar autorização individual para a representação processual. O modelo de autorização, está no site. Ele deverá ser preenchido e encaminhado ao Departamento Jurídico do Sintrajud.

Se você não está filiado ao Sintrajud, filie-se! Juntos somos fortes!

FICHA DE SINDICALIZAÇÃO

Nome _____

Reg. Func./Matr. _____ Órgão _____ Lotação _____

Venho, por meio desta, autorizar o desconto em folha de pagamento de mensalidade como associado no valor correspondente a 1% (um por cento) de minha remuneração bruta.

São Paulo, ____ de _____ de 20 ____

Assinatura _____

E-mail/Facebook _____

End. res. _____ CEP _____

RG. _____ CPF _____

Data de nasc. ____/____/____ Tel. _____

Ingresso no Judiciário ____/____/____

Analista () Técnico () Auxiliar () Of. Just. () Ag. Seg. () Ativo ()
Apos. () Pens. ()

SINDICATO DOS TRABALHADORES DO JUDICIÁRIO FEDERAL NO ESTADO DE SÃO PAULO
Rua Antonio de Godoy, 88 - 16º andar - CEP 01034-000 - São Paulo/SP - Tel. (11) 3222-5833

Nome _____

Recebemos sua ficha de sindicalização em ____/____/____ Visto _____

TRE: Sintrajud ajuizará ação cobrando diferenças de horas extras

Os servidores da Justiça Eleitoral que fizeram horas extras entre 2008 e agosto de 2012 têm direito a receber uma diferença pelas horas extraordinárias realizadas. É o que defende o Sintrajud, em nova ação judicial que visa beneficiar servidores do TRE-SP.

Na argumentação do Departamento Jurídico do Sindicato, a Justiça Eleitoral não calculou corretamente o adicional por serviços extraordinários no período.

Entre 2008 e agosto de 2012, vigorou a resolução 22.901/08 do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Em seu artigo 9º, essa norma considerava uma jornada de 40 horas semanais (oito horas diárias) para cálculo de horas extras. Dessa forma, a Justiça Eleitoral alterou para 200 o divisor correspondente, o que reduziu o valor da hora extraordinária dos servidores da Justiça Eleitoral em 12,5%. Assim, na prática, o valor da hora-extra era inferior ao da hora normal.

Em agosto de 2012, o TSE publicou a resolução 23.386/12, alterando a reso-

lução anterior. A nova forma de cálculo considera uma jornada de trabalho de 35 horas semanais e sete diárias, o que reduz o divisor da fórmula para 175.

Embora a Justiça Eleitoral tenha corrigido o erro, reduzindo o divisor para 175, muitos servidores ficaram com o prejuízo, pois receberam menos do que efetivamente deveriam ter recebido pelo serviço extraordinário.

E para assegurar o direito desses servidores, o Sintrajud vai ingressar com ação judicial, buscando o pagamento retroativo das diferenças ocasionadas pela aplicação equivocada do divisor 200 no cálculo do adicional por serviço extraordinário.

Para ser contemplado na ação, basta ao servidor estar filiado ao Sindicato. Visando beneficiar o maior número possível de pessoas, antes do ajuizamento, o Sintrajud receberá novas filiações, até a primeira semana de dezembro. Se você ainda não é associado, filie-se. Juntos, somos fortes!

Filiados da JF serão defendidos na ação popular sobre a URV

Ação popular quer que servidores devolvam valores dos juros dos 11,98%

Uma ação popular está tirando o sono dos servidores da Justiça Federal de todo o país. Ingressada por um advogado de Santa Catarina e tramitando na 6ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, a ação quer que todos os servidores que receberam juros dos 11,98% devolvam os valores.

O pagamento dos juros de mora sobre os valores dos 11,98% aconteceu administrativamente, depois que o Conselho da Justiça Federal (CJF) reconheceu a dívida com os servidores do próprio Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º graus.

O Sintrajud tranquiliza os seus filiados da Justiça Federal, informando que apresentará contestação coletiva nesta Ação Popular: "Tendo em vista que o caso não envolve discussão de nenhum

caso particular, que exija defesa individual, o sindicato intervirá na ação popular para contestar em substituição aos servidores filiados que serão citados por edital", pontua a assessoria Jurídica do Sindicato.

Em trâmite desde 2006, a ação já causou dor de cabeça a alguns servidores do Distrito Federal, que chegaram a ser citados e tiveram que apresentar contestações.

Segundo a assessoria jurídica do Sintrajud, "o juízo do processo percebeu que faltava a manifestação de servidores das demais regiões da Justiça Federal", e determinou a citação por edital de todos os servidores da Justiça Federal de 1ª e 2ª instâncias e do CJF (exceto aqueles lotados na Seção Judiciária do Distrito Federal).



Jornal do Judiciário



Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo

Diretoria: Adão Sérgio de Souza, Adilson Rodrigues Santos, Angélica Olivieri, Antonio Carlos, Antonio dos Anjos Melquiades (Melqui), Cleber Borges de Aguiar, Erlon Sampaio, Fausta Camilo de Fernandes, José Carlos Sanches, José Dalmo, Henrique Costa, Inês de Castro, Ivo Oliveira Farias, Leica Silva, Maurício Rezzani, Tarcísio Ferreira

Sede: Rua Antonio de Godoy, 88 - 16º and. - São Paulo / SP - CEP 01034-000 - Tel.: (11) 3222-5833 - Fax: 3225-0608 - Email: sintrajud@sintrajud.org.br
Subsede Baixada Santista: Rua Adolfo Assis, 86 - Vila Belmiro - CEP 11075-360 - Santos/SP - Email: sintrajudsantos3@gmail.com

Jornalistas: Carlos Eduardo Batista | Colaborador: Hélcio Duarte Filho | Diagramação: Roberto Gouveia | Tiragem: 13 mil exemplares

